



INSTITUTO DOS ADVOGADOS BRASILEIROS – IAB

INDICAÇÃO /2024

EXMO. SR. DR. PRESIDENTE DO INSTITUTO DOS ADVOGADOS BRASILEIROS

INDICAÇÃO nº / 2024

INDICANTE: JOYCEMAR LIMA TEJO

EMENTA: Direito Constitucional. Poder Judiciário. Proposta de Emenda à Constituição nº 8 de 2021, que dispõe sobre a declaração de inconstitucionalidade e a concessão de medidas cautelares nos tribunais.

PALAVRAS-CHAVE: DIREITO CONSTITUCIONAL — PODER JUDICIÁRIO — CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE — MEDIDAS CAUTELARES

Neste mês de agosto chegou à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados a Proposta de Emenda à Constituição nº 8 de 2021, já aprovada no Senado Federal, cujo desiderato é alterar a Constituição Federal para dispor sobre a declaração de inconstitucionalidade e a concessão de medidas cautelares nos tribunais.

A aludida PEC, ao subtrair competência dos ministros do Supremo Tribunal Federal para proferir decisões monocráticas em controle de constitucionalidade, tem sido vista como uma retaliação do Poder Legislativo contra supostos excessos da corte, do que os embates institucionais na história recente no País seriam exemplo¹.

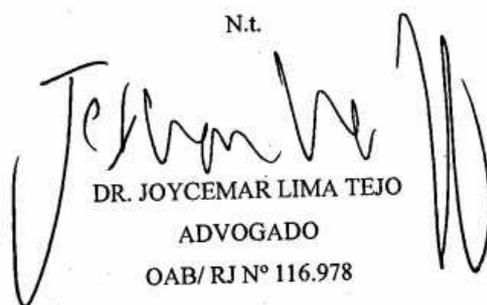
¹ "A centralidade da Corte – e, de certa forma, do Judiciário como um todo – na tomada de decisões sobre algumas das grandes questões nacionais tem gerado aplauso e crítica, e exige uma reflexão cuidadosa". BARROSO, Luís Roberto. "Judicialização, ativismo judicial e legitimidade democrática". Disponível aqui - <https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/5498>.



Salta aos olhos que a discussão tem profunda relevância, ao adentrar o sempre candente debate sobre o papel do STF e ao trazer à baila o igualmente intenso tópico da separação de Poderes — concepção que, se está tradicionalmente associada à ideia de Estado de Direito e de democracia, não pode ser vista de forma rígida². Nesse sentido, o sufrágio popular não dá carta branca ao Legislativo e ao Executivo, podendo o Judiciário atuar de forma *contramajoritária* para garantir a Constituição e os direitos fundamentais.

Diante disso, faço a presente Indicação para que, caso tenha aprovada sua pertinência, possa ser encaminhada à Comissão de Direito Constitucional do IAB para a elaboração de parecer a respeito e seu envio às autoridades de praxe.

N.t.



DR. JOYCEMAR LIMA TEJO
ADVOGADO
OAB/RJ Nº 116.978

Rio de Janeiro, 28 de agosto de 2024.

Anexo:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 8 DE 2021, inteiro teor.

² "(...) [A]s próprias exigências de efetiva garantia de liberdade para todos e de atuação democrática do Estado (...) [são] incompatív[eis] com a tradicional separação de poderes. É necessário que se reconheça que o dogma da rígida separação formal está superado (...)". DALLARI, Dalmo de Abreu. "Elementos de Teoria Geral do Estado". p.220. 32.ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Altera a Constituição Federal para dispor sobre a declaração de inconstitucionalidade e a concessão de medidas cautelares nos tribunais.

Art. 1º A Constituição Federal passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 97.

§ 1º O disposto no **caput** aplica-se igualmente às cautelares ou outras decisões de qualquer natureza, vedada a concessão de decisão monocrática, que suspendam:

I – a eficácia de lei, com ou sem redução de texto, sob pena de nulidade;

II – ato do Presidente da República, do Presidente do Senado Federal, do Presidente da Câmara dos Deputados ou do Presidente do Congresso Nacional.

§ 2º Formulado, durante período de recesso, pedido de cautelar ou de qualquer outra decisão cujo atendimento implique, com ou sem redução de texto, a suspensão da eficácia de lei nos termos do § 1º, o Presidente do Tribunal, no caso de grave urgência ou perigo de dano irreparável, poderá decidir monocraticamente, devendo o Tribunal resolver sobre essa decisão no prazo de 30 (trinta) dias corridos após o reinício dos trabalhos judiciais, sob pena de perda de eficácia da decisão concedida.” (NR)

“Art. 102.

I –

p) o pedido de medida cautelar nas ações diretas de inconstitucionalidade, nas ações declaratórias de constitucionalidade, nas arguições de descumprimento de preceito fundamental ou nas ações diretas de inconstitucionalidade por omissão, observado o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 97;

§ 4º Deferido o pedido de cautelar em ação direta de inconstitucionalidade, ação declaratória de constitucionalidade, arguição de



descumprimento de preceito fundamental ou ação direta de inconstitucionalidade por omissão, o respectivo mérito deve ser apreciado em até 6 (seis) meses.

§ 5º Não concluído o julgamento no prazo de que trata o § 4º, o processo deve ser automaticamente incluído na pauta do Plenário, com preferência sobre todos os demais, respeitada a ordem cronológica para apreciação, caso exista mais de 1 (um) processo com prazo vencido, sob pena de perda de eficácia da decisão cautelar.

§ 6º Somente na forma dos §§ 1º e 2º do art. 97 pode ser proferida decisão em processo em andamento no Supremo Tribunal Federal que, alternativamente:

I – suspenda a tramitação de proposição legislativa que viole as normas constitucionais do devido processo legislativo; ou

II – em caráter geral:

a) afete políticas públicas; ou

b) crie despesas para qualquer Poder, inclusive as decorrentes de concessão de aumentos ou extensão de vantagens ou pagamentos de qualquer natureza.

§ 7º Às decisões de que trata o § 6º aplica-se o disposto nos §§ 4º e 5º.” (NR)

“Art. 103.

§ 3º Quando o Supremo Tribunal Federal apreciar a inconstitucionalidade, em tese, de norma legal ou ato normativo, citará, previamente, o Advogado-Geral da União para se manifestar acerca do ato ou texto impugnado.

§ 3º-A. As Casas Legislativas do Congresso Nacional das quais emanou a norma legal ou o ato normativo serão também citadas previamente para se manifestarem acerca do ato ou texto impugnado, por meio de seus órgãos próprios.

.....” (NR)

“Art. 125.

§ 2º Cabe aos Estados a instituição de representação de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais ou municipais em face da Constituição Estadual, vedada a atribuição da legitimação para agir a um único órgão, respeitadas, no que cabível, as regras do art. 97 e dos parágrafos do art. 102.

.....” (NR)



Art. 2º Esta Emenda à Constituição entra em vigor após decorridos 180 (cento e oitenta) dias de sua publicação oficial, aplicando-se, inclusive, às decisões cautelares proferidas nos processos em que ainda não houve julgamento de mérito.

Parágrafo único. No caso de decisões cautelares proferidas nos processos em que ainda não houve julgamento de mérito, os prazos de inclusão em pauta e julgamento de mérito previstos nesta Emenda à Constituição serão reiniciados na data de sua entrada em vigor nos termos do **caput**.

Brasília, em 6 de dezembro de 2023.

Senador Veneziano Vital do Rêgo
Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal,
no Exercício da Presidência



phfm/pec21-008

Autenticado Eletronicamente, após conferência com o original.



Apresentação: 06/12/2023 19:18:00.000 Mesa

PEC n.8/2021